

# **LIVRO DIDÁTICO: SUA IMPORTÂNCIA E NECESSIDADE AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Djaci Pereira **Leal** (Professor PDE / Filosofia)  
Dra. Terezinha **Oliveira** (Orientadora - DFE/UEM)

## **Resumo**

Neste trabalho discutiremos a necessidade e função do Livro Didático para o trabalho docente. Elencaremos algumas questões apresentadas pelos Professores de Filosofia, a partir de um questionário que responderam com o objetivo de entender como o Livro Didático Público de Filosofia – LDP de Filosofia - foi implantado nas escolas paranaenses e qual a interpretação do professor que o utiliza. Procuraremos demonstrar que, a nosso ver, o Livro como material didático para o trabalho docente-discente é quase imprescindível diante da realidade nacional do ensino. Ao mesmo tempo verificaremos em que medida ele é aceito ou recusado sem que haja, muitas vezes, uma análise do livro. Nosso trabalho, mesmo que tenha como foco o LDP de Filosofia, buscará, de fato, discutir a presença de material didático nas escolas e o papel direcionador e condutor da atividade pedagógica inerente ao material didático. Para nós, os recursos didáticos exigem do professor conhecimentos para além dele, posicionamentos críticos e reflexivos para que possa fazer bom uso do LDP de Filosofia em seu trabalho docente.

**Palavras – Chave:** Livro Didático, Filosofia, LDP de Filosofia.

-----

## **TEXTBOOK: ITS IMPORTANCE AND NEED FOR THE TEACHING-LEARNING PROCESS.**

Djaci Pereira Leal (PDE Professor / Philosophy)  
Dr. Terezinha Oliveira (East - EPD / EMU)

## **ABSTRACT**

This study discusses the necessity and function of the Textbook for teaching. Some issues presented by professors of Philosophy are pointed out, having as bases data obtained through a questionnaire applied to them, in order to understand how the Public Philosophy Textbook - LDP Philosophy - was firstly used in schools of Parana and the interpretation given by teachers who have used them. It is shown that, in our view, the textbook, as a teaching material, is almost indispensable for teaching due to the current scenery of the national education. At the same time it is verified in what extent the textbook is accepted or refused in schools, many times, without a previous exam and/or book review. The present study, even having as main focus the LDP Philosophy, in fact, discusses the use of educational materials in schools and the targeted and driving role of the pedagogical educational activity, inherent to educational teaching materials.

According to our point of view, teacher's teaching resources require a knowledge beyond the material used in class, and require assuming reflective and critical positions that enable to make good use of the LDP Philosophy in everyday teaching.

**Key-words:** Textbook, Philosophy, LDPPhilosophy.

-----

## 1. Introdução

Como professor PDE <sup>1</sup>, realizamos algumas atividades ao longo de 2007 e 2008. Capacitação oferecida pela IES responsável, no caso a UEM – Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação de um docente desta Instituição, a professora Dra. Terezinha Oliveira.

Nossa primeira atividade foi a elaboração de um Plano de Trabalho no qual deveria constar a proposta de produção do material didático, podendo ser um OAC, Folhas ou outro material. Cada professor PDE coordenou um Grupo de Trabalho em Rede - GTR, que ocorreu no período de 03/10/07 a 30/06/08. O encaminhamento e coordenação de um GTR constavam no Plano de Trabalho que foi entregue em agosto de 2007.

Por termos participado da elaboração do LDP de Filosofia com os capítulos de ética, resolvemos dar continuidade a esses estudos, verificando como o LDP chegou às escolas e quais foram os limites e avanços apresentados por ele, segundo os professores que o utilizaram ao longo de 2007.

Em nosso GTR propusemos, no módulo IV (27/11 a 18/12 de 2007), uma análise do LDP de Filosofia. A partir de questões apresentadas procuramos elencar a aceitação do professor e dos alunos, os limites e dificuldades para trabalharem com o livro e uma avaliação da proposta metodológica do LDP <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> O PDE a que nos referimos: “É uma política pública que estabelece o diálogo entre os professores da Educação Superior e os da Educação Básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense. O Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, integrado às atividades da formação continuada em Educação, disciplina a promoção do professor para o Nível III da Carreira, conforme previsto no Plano de Carreira do Magistério Estadual, Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004” (Disponível em: <<http://www.pde.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2>>, acesso em 15 nov. 2008..

<sup>2</sup> As questões que apresentamos aos professores participantes de nosso GTR para que avaliassem a implementação do LDP de Filosofia nas escolas em que atuam estão em anexo.

Neste texto, dividimos nossa discussão em dois momentos. Primeiramente consideraremos, a partir de alguns teóricos, a questão do material didático e sua importância para o processo ensino-aprendizagem. Em segundo lugar, o entendimento e o uso que o professor da rede estadual faz do material didático disponível pelo Estado, no caso o LDP de Filosofia. A partir desses dois enfoques apresentaremos algumas discussões possíveis acerca do LPD de Filosofia, das questões pertinentes ao material didático e suas possíveis abordagens.

## **2. A quem destina-se o Livro Didático?**

O LDP de Filosofia insere-se em um projeto do Governo do Estado do Paraná em oferecer Livros Didáticos a todos os alunos do Ensino Médio das escolas públicas paranaenses<sup>3</sup>.

A elaboração do livro ocorreu a partir de 2005, quando a oferta de Livros Didáticos ao Ensino Médio estava iniciando pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura. A SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação do Paraná, ao buscar oferecer Livros didáticos aos seus alunos propôs-se ela mesma produzi-los e não apenas comprar os disponíveis no mercado editorial.

Sabemos que a iniciativa de distribuição de Livros Didáticos do MEC não contemplou o Paraná e Minas Gerais “[...] por estes estados possuírem programa próprio”<sup>4</sup> para a aquisição de LD. O MEC autorizou o Paraná a produzir Livros Didáticos. A peculiaridade do Estado na produção de Livros Didáticos se deu por ter sido feita por professores de sua rede pública de ensino.

Como a distribuição de LD pelo MEC passa necessariamente pela questão curricular, para essa discussão consideramos a contribuição de J. Gimeno

---

<sup>3</sup> “Trata-se de um material produzido por profissionais da rede pública estadual paranaense, envolvendo as doze disciplinas de tradição curricular no Ensino Médio: Língua Portuguesa/ Literatura, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, Histórica, Filosofia, Sociologia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna”.

Disponível

em: <<http://www.diaadia.pr.gov.br/projetofolhas/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>>, acesso em 26 nov. 2008.

<sup>4</sup> “O FNDE distribuiu, no final de 2005, livros de português e matemática para 7,01 milhões de estudantes das três séries do ensino médio, matriculados em 13.253 escolas públicas de todas as regiões do país. Não foram contemplados os alunos e as escolas da rede estadual de Minas Gerais e do Paraná, por estes estados possuírem programas próprios” (disponível em: <[http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro\\_didatico.html#historico](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html#historico)>, acesso em 26 nov. 2008..

Sacristán, com sua obra *O Currículo – uma reflexão sobre a prática*. Destacamos que o autor dedica-se a uma análise do sistema educativo espanhol e não o brasileiro. Todavia, como afirma Sacristán, sua preocupação tem como foco a temática referente ao currículo,

[...] principalmente quando em nossa tradição pela história de controle sobre a educação e a cultura que nela se distribui, as decisões sobre o currículo tem sido patrimônio de instâncias administrativas que monopolizaram um campo que, nesta sociedade, sob a democracia, deveria ser proposto e gerenciado de forma bem diferente da qual se tem conhecimento (SACRISTÁN, 2000, p. 9).

Como destaca Sacristán, o currículo por ter a função de organizar e, em certa medida, controlar a educação e a cultura, tradicionalmente esteve reservado ao Estado e suas instâncias administrativas. Com o processo de abertura democrática <sup>5</sup>, a sociedade passou a desenvolver formas de participação nas decisões referentes ao currículo.

Sacristán constata esse processo de abertura democrática na Espanha, porém esse processo não se restringe apenas a Europa, devido ao processo de globalização. Como nos destaca Fausto (2002, p. 122) “[...] na esfera mundial, um dos acontecimentos mais importantes foi a queda do Muro de Berlim, que simbolizou o fim da União Soviética e de seu sistema. Com isso, terminou também a guerra fria [...]”.

Alguém poderia nos questionar a validade no uso de um teórico espanhol que discute o sistema educacional espanhol. Nossa justificativa está no fato de que a sociedade brasileira assim como a espanhola, salvo as devidas proporções, enfrenta os desafios devido às mudanças ocorridas nas esferas políticas com o processo de democratização.

Neste processo de democratização ocorreram os embates, sobretudo advindos com a promulgação da Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que segundo Oliveira (2008) “[...] foi promulgada em um momento histórico bastante definido, [...] a época da Globalização e da implementação de uma política concorde com ela conhecida como

---

<sup>5</sup> Um dos marcos dessa abertura democrática no Brasil é “[...] a Constituição de 1988 [que] é a expressão de uma transição política [...] de um regime militar para a democracia” (WEFFORT, 1992, p. 189).

neoliberalismo”<sup>6</sup>. Assim, tanto as educações espanhola quanto a brasileira se aproximam no que se refere nos desafios a serem enfrentados devido ao processo de globalização, o que autoriza-nos a considerar as questões pontuadas por Sacristán, uma vez que apresentam orientações norteadoras também ao sistema educacional brasileiro.

Hoje, após 20 anos da promulgação da Constituição de 1988, e há 12 anos da promulgação da LDBEN, percebemos que os embates ideológicos com as políticas públicas adotadas em nível nacional, ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, e estadual com Lerner, ganharam força no governo Lula/ esfera federal e Requião no Paraná.

Assim, quando a SEED-PR decide por convocar seus professores para a elaboração de um Livro Didático, posiciona-se em relação não somente quanto a qualidade do material, mas sim, com a política educacional do governo anterior e o seu direcionamento do sistema educativo. Com efeito, os encaminhamentos da SEED/PR se enquadram a um contexto mais amplo das exigências da sociedade às políticas públicas.

Destacamos que o MEC, a partir de 2005 <sup>7</sup>, iniciou a distribuição de Livros Didáticos às escolas de Ensino Médio. Desde 1996, subordina a compra de LD aos PNLD, com a preocupação de garantir a qualidade dos livros. A oferta do LD ao Ensino Médio se insere na busca de melhoria da educação nacional, hoje denominada no seu todo Educação Básica, sem a divisão entre o Ensino

---

<sup>6</sup> Esclarece Oliveira (2007, p. 2) que: “Acreditamos que o fenômeno da globalização explica-se basicamente por dois vetores: a revolução tecnológica e a derrocada do socialismo. Thurow (1997) afirma que o atual sistema econômico está sendo impulsionado em uma nova direção graças às interações de novas tecnologias com novas ideologias. Para este autor, nos dias de hoje, graças à revolução da informática, vivemos uma era denominada por industriais de poder cerebral, que são geograficamente livres. Além disso, com as mudanças na tecnologia, nos transportes e nas comunicações criou-se um mundo onde tudo pode ser feito e comercializado em qualquer lugar do planeta”.

<sup>7</sup> “O FNDE distribuiu, no final de 2005, livros de português e matemática para 7,01 milhões de estudantes das três séries do ensino médio, matriculados em 13.253 escolas públicas de todas as regiões do país. Não foram contemplados os alunos e as escolas da rede estadual de Minas Gerais e do Paraná, por estes estados possuírem programas próprios. No final de 2006, foram entregues livros de biologia para atendimento de todos os alunos do ensino médio do país, exceto da rede estadual de Minas Gerais, pelo mesmo motivo. No total, foram 7,2 milhões de exemplares para serem utilizados por 6,9 milhões de alunos, sendo 300 mil livros para compor a reserva técnica” (disponível em: <[http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro\\_didatico.html#historico](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html#historico)>, acesso em 26 nov. 2008.

Fundamental e Médio. Isso aponta-nos para a constatação de Sacristán, segundo o qual:

Seguramente, entre nós, a melhora do ensino também se deve, em boa parte, à maior qualidade dos livros-texto, mas falta, no entanto, uma política de intervenção decidida para fomentar a pesquisa e experimentação de materiais alternativos; algo que as editoras ou não podem se permitir quando são fracas, ou não têm necessidade de fazê-lo para colocar seus produtos no mercado quando são fortes. Em nosso caso, não existe tradição nem possibilidade à vista de que entidades privadas, empresas, fundações, instituições de pesquisa, universidades, etc. entrem nesta dinâmica, como ocorreu noutros países desenvolvidos. Ou a administração pública incentiva-a ou ninguém se preocupará com isso (SACRISTÁN, 2000, p. 158).

Sacristán destaca a importância do LD como referencial de qualidade para o ensino. O que deve estar em xeque para a sociedade é a busca de fomento para a pesquisa e elaboração de material didático que possa atender às exigências de professores e alunos no sentido de garantir um ensino de qualidade.

Por mais questionável que possa ser a elaboração de um Livro Didático Público no Estado do Paraná, essa medida aponta para o que nos apresenta Sacristán ao destacar a necessidade da administração pública preocupar-se com a produção do material didático. No caso de nosso Estado, que dispõe de uma rede pública de ensino superior de qualidade destacada e comprovada, já existe uma infra-estrutura de pesquisa em ensino que não somente pode como deve ser aproveitada.

Ao fazer o LDP a SEED/PR apresenta-o demonstrando na carta do Secretário, a metodologia e seu entendimento sobre a finalidade e abrangência do mesmo.

Em sua carta de apresentação do LDP<sup>8</sup> o secretário aponta para o enfoque que a SEED/PR deu a produção desse material: “[...] valorização da prática

---

<sup>8</sup> “Carta do Secretário

Este Livro Didático Público chega às escolas da rede como resultado do trabalho coletivo de nossos educadores. Foi elaborado para atender a carência histórica de material didático no Ensino Médio, como uma iniciativa sem precedentes de valorização da prática pedagógica e dos saberes da professora e do professor, para criar um livro público, acessível, uma fonte densa e credenciada de acesso ao conhecimento. A motivação dominante dessa experiência democrática teve origem na leitura justa das necessidades e anseios de nossos estudantes. Caminhamos fortalecidos pelo compromisso com a qualidade da educação pública e pelo reconhecimento do

pedagógica e dos saberes da professora e do professor” (SEED-PR, 2006, p. 4). No entendimento da SEED/PR a produção do livro pelas professoras e professores do Estado demonstra o compromisso da própria Secretaria com a valorização de seus docentes da rede de Educação Básica.

Outro aspecto de destaque da carta está na ênfase de que o LDP não é uma mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade deve ser público. Aqui observamos o enfrentamento da SEED/PR em relação aos títulos disponíveis no mercado editorial em defesa de uma democratização do conhecimento.

A produção do Livro Didático Público não se restringe ao enfrentamento com o mercado editorial, mas aponta para uma preocupação com o direcionamento de ensino para a rede, uma vez que os títulos disponíveis não atendem, necessariamente, as Diretrizes Curriculares elaboradas no Estado.

No entanto, precisamos atentar para que isso não incorra no reverso da moeda que seria o fechamento para a valorização apenas do local, o que nos levaria ao isolamento referente às questões nacionais.

Como nos demonstra Sacristán:

O editor de livros-texto, ou de qualquer outro meio que desenvolva o currículo, não só cria e distribui produtos culturais, como também configura uma prática pedagógica e profissional. Esta peculiaridade legitima os poderes públicos para intervir e regular de alguma forma sua produção e distribuição. O problema é analisar a eficácia de tal intervenção para oferecer um bom produto, e se não seria mais conveniente intervir na melhora da prática com outros meios ao mesmo tempo que se liberaliza o mercado [...]. ao mesmo tempo é preciso consciência de que, pelo mecanismo de controlar o processo pedagógico que se exerce pelos livros-texto que desenvolvem o currículo, não se melhora a prática nem se incide realmente em sua qualidade (SACRISTÁN, 2000, p. 157).

---

direito fundamental de todos os cidadãos de acesso à cultura, à informação e ao conhecimento. Nesta caminhada, aprendemos e ensinamos que o livro didático não é mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos privados, leis de papel mal-escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrado e elitista.

Desafiados a abrir uma trilha própria para o estudo e a pesquisa, entregamos a vocês, professores e estudantes do Paraná, este material de ensino-aprendizagem, para suas consultas, reflexões e formação contínua. Comemoramos com vocês esta feliz e acertada realização, propondo, com este Livro Didático Público, a socialização do conhecimento e dos saberes.

Apropriem-se deste livro público, transformem e multipliquem as suas leituras” (SEED-PR, 2006, p. 4).

Como pontua Sacristán a preocupação com a elaboração do Livro didático Público insere-se na busca de “controlar o processo pedagógico”, uma vez que os Livros Didáticos desenvolvem o currículo. O dilema enfrentado pela SEED-PR está no fato de que os livros oferecidos pelo mercado editorial apontam para um currículo que não atende às exigências das Diretrizes Curriculares elaboradas por esse governo<sup>9</sup>, a partir das discussões com os docentes da rede em Simpósios, grupos de estudos e reuniões pedagógicas ocorridas nas escolas entre os anos 2002-2006.

Destacamos, ainda, o fato de o Secretário apresentar o LDP como “material de ensino-aprendizagem, para suas consultas e reflexões e formação contínua” (SEED-PR, 2006, p. 4). Isso, a nosso ver, aponta para a discussão de Saviani a respeito do interesse do educador para com a ciência, precisamos ter certo cuidado ao pressupor o Livro Didático com a função da formação continuada de professores, pois segundo Saviani:

O interesse [do educador] pelas ciências manifesta-se de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, no que diz respeito à própria formação de cientistas. [...] Em segundo lugar, na medida em que as ciências lhe proporcionam um conhecimento mais preciso da realidade em que atua. Em terceiro lugar, na medida em que o próprio conteúdo das ciências pode constituir-se num instrumento direto da promoção do homem (educação). É nesse sentido que as ciências como tais passam a figurar no currículo pedagógico (SAVIANI, 2007, p. 134-135).

Podemos perceber, pela afirmação de Saviani, que para o educador a busca pela ciência se dá de forma mais ampla, pois não lhe basta apenas o domínio específico da disciplina com que atua, mas precisa também do conhecimento de outras ciências que o ajudem a tornar sua docência uma contribuição para a humanização das crianças e jovens.

---

<sup>9</sup> “As Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná chegam às escolas como um documento oficial que traz as marcas de sua construção: a horizontalidade, que abraçou todas as Escolas e Núcleos Regionais de Educação do Estado e a polifonia, que faz ressoar nelas as vozes de todos os professores das Escolas Públicas paranaenses. [...] Os mesmos princípios democráticos que fundamentaram a construção destas Diretrizes solicitam, dos professores, o engajamento na contínua reflexão sobre este documento, para que sua participação crítica, constante e transformadora efetive, nas escolas de todo o Estado, um currículo dinâmico e democrático” (disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>>, acesso em 26 nov. 2008.



Nesse sentido, torna-se bastante elucidativo o que também nos alerta o autor a respeito da especificidade do que venha a ser o Livro Didático.

[...] os livros didáticos serão o instrumento adequado para a transformação da mensagem científica em mensagem educativa. Nota-se, ainda, que, nesse caso, o livro didático é não somente o instrumento adequado mas insubstituível, uma vez que os demais recursos não se prestam para a transmissão de um corpo de conhecimentos sistematizados como o é aquele que constitui a ciência produto (SAVIANI, 2007, p. 136).

A discussão de Saviani aponta para a real necessidade do Livro Didático. O que torna o livro didático imprescindível é o fato de o mesmo possibilitar que a ciência esteja disponível à formação e promoção do homem, pois como destaca Saviani,

[...] na verdade, um autor de Livro Didático deve ter em mente que o seu objetivo não é a ciência como tal. [...] Não lhe cabe, propriamente expor as conclusões científicas [...] mas selecioná-las e ordená-las de modo que atinjam o objetivo educacional: a promoção do homem (SAVIANI, 2007, p. 136)

O fato de afirmar a necessidade de o Livro Didático garantir o objetivo educacional evidencia-nos a denúncia da existência de Livros Didáticos que não atendem a função de formar e promover o homem. Sabemos que a discussão e, inclusive, recusa e ressalva aos livros didáticos por professores e especialistas, tem em vista, em muitos casos, as deficiências dos próprios livros.

O Livro Didático foi analisado e discutido nos últimos anos e em algumas situações, parece-nos que foi apenas condenado ou negado, o que tem permitido atualmente uma dedicação e cuidado maior dos estudiosos, pois a simples negação dos Livros Didáticos não fez com que melhorassem e muito menos que desaparecessem, já que é o material que contribui e possibilita a ação de muitos docentes, ou melhor, o único, de fato, universalmente, disponível aos professores e alunos.

Nesse sentido, é bastante esclarecedora a constatação de Egon Rangel, ao afirmar:

Assim, podemos dizer que tanto esse fato político <sup>10</sup> quanto a recente onda de interesse pelo LD [Livro Didático], na universidade, nas escolas e mesmo junto à opinião pública em geral, constitui algo como o retorno do recalcado em psicanálise, ou seja, a volta, com intensidade redobrada, de certas idéias, sentimentos e desejos, que se pretendeu excluir do campo da consciência e, portanto, do enfrentamento direto. Estou me referindo, evidentemente, ao longo período em que, para não termos de enfrentar questões relativas à precariedade de nossas escolas públicas, às péssimas condições de trabalho do professor e à insuficiência de sua formação inicial ou continuada, preferimos seguir um de dois atalhos, tão ingênuos quanto perigosos. Ou simplesmente esquecemos a baixa qualidade do LD e, a despeito disso, o seu papel central no trabalho em sala de aula, ou, pensando em assim combater o bom combate, fizemos do livro o principal responsável pelos insucessos da escola em relação as suas funções essenciais (RANGEL, 2003, p. 14).

Como destaca Rangel, a discussão em torno do Livro Didático ganhou importância com o envolvimento das Universidades, escolas e opinião pública a partir de 1993. Isso demonstra que a preocupação com a qualidade da educação, nas escolas públicas, ganhou poder e passou a ser enfrentada, como destaca Rangel, com medidas políticas que focam o que então se tinha como vilão para a má qualidade das escolas públicas e, portanto, da educação brasileira: o Livro Didático.

Sabemos que a oferta do guia para a escolha do Livro didático é importante, mas a desinformação a respeito das obras aprovadas também precisa ser revista. Assim, na hora da escolha, como as editoras são proibidas de divulgar seu material nas escolas, o professor tem acesso apenas ao guia, o que significa não analisar o Livro Didático, mas sim, optar por um título a partir do que alguém lhe diz a respeito do livro. Ainda que o professor não tenha condições de avaliação do Livro Didático, insistimos que ao menos lhe seja possível o contato com os Livros Didáticos que já foram previamente selecionados, para que assim não fique o professor com um livro que pensou que fosse, mas que por não ter

---

<sup>10</sup> O fato político ao qual se refere é que “a FAE constituiu, em 1993, uma comissão para definir os critérios de avaliação de LD. E a partir de 1996, o MEC passou a subordinar a compra dos LD inscritos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a uma aprovação prévia efetuada por uma avaliação oficial sistemática” (RANGEL, 2003, p. 13). Destacamos que isso se refere a distribuição de LD pelo MEC às escolas públicas de todo o país. No caso do Paraná temos hoje, para o Ensino Médio duas realidades: o LDP para as 12 disciplinas, ofertados pelo governo estadual e, os LD de algumas disciplinas, no caso Língua Portuguesa, Matemática, Química, Biologia, História. Para 2009 a previsão dos LD de Geografia e Física que serão oferecidos, assim como os demais, pelo MEC.

folheado, analisado, observado com cuidado tem dificuldade para usá-lo em suas aulas.

Destacamos que não queremos aqui apresentar o professor como vilão dos malefícios da educação do país, assim como também não pensamos que seja o Livro Didático. Na verdade, a realidade educacional é mais complexa e tem exigido cada vez mais dos professores e das políticas públicas.

Esse desafio aos professores evidencia-se na afirmação de ZABALA,

A introdução de conteúdos cada vez mais conceituais, assim como interpretações mais adequadas sobre sua aprendizagem – portanto, mais distanciadas de óticas transmissoras -, põe em questão o caráter quase exclusivo dos livros como instrumentos de ensino. Em nosso país, pelo final dos anos sessenta e sobretudo a partir dos setenta, os conteúdos conceituais se impõem de forma avassaladora em todas as disciplinas. Por essa razão, já não interessa tanto que os meninos conheçam muitos acontecimentos, datas, personagens, nomes ou autores das diferentes matérias, mas que adquiram os instrumentos conceituais que permitam conhecer o porquê dos fatos, as relações que se estabelecem entre eles, as razões que os explicam. A passagem de ciências basicamente descritivas para outras basicamente interpretativas provoca uma avalanche de conteúdos conceituais e uma mudança na maneira de ensinar. A simples exposição, válida para os conteúdos factuais, tem que se transformar e oferecer fórmulas que não se limitem a provocar a memorização das definições ou interpretações de outros e sim fórmulas que promovam e desencadeiem processos em que os alunos possam se apropriar dos conceitos, utilizá-los para compreender e interpretar os fenômenos e as situações da vida real e do mundo do saber, já que é menos importante que possam reproduzi-los mais ou menos literalmente (ZABALA, 1998, p. 180).

Como a discussão da qualidade do ensino não pode apontar apenas para um pólo, seja ele o Livro Didático ou o professor, constatamos na afirmação de Zabala que a questão é mais ampla, pois atenta para os conteúdos e as mudanças no entendimento e tratamento dados aos mesmos historicamente.

Destacamos que os conteúdos não estão aí elencados nos currículos de forma espontânea, como bem percebemos na discussão de Zabala, mas são apresentados e escolhidos a partir de mudanças que ocorrem na sociedade e do tratamento que ela passa a dar ao conhecimento. O enfoque aos conteúdos é norteado sempre pelos interesses sociais que atendem as dimensões políticas e econômicas e que, muitas vezes, não se situam meramente na dimensão do

local, mas que se enquadra em uma esfera mais ampla devido a situação de globalização que vivenciamos de forma mais intensa em nossas vidas a cada dia.

Tudo isso acarreta novas demandas aos profissionais da educação, que não estavam presentes, de certa forma, em outros momentos históricos<sup>11</sup>. Também, todas essas mudanças interferem não apenas no objetivo da educação, no que diz respeito ao homem e sociedade que se quer, bem como no perfil de nossos alunos. As escolas hoje recebem alunos com necessidades mais abrangentes e cada vez maiores, devido as vivências sociais que antecedem a própria sala de aula.

Nesse sentido, a preocupação de Zabala em apontar para a necessidade da “[...] passagem de ciências basicamente descritivas para outras basicamente interpretativas [...]” é bastante elucidativo. Isso, no entanto, produz uma alteração significativa em relação as metodologias, exigências aos materiais didáticos e, sobretudo à formação e capacitação dos professores.

Em entrevista a revista Veja, Andréas Schleicher aponta o que, a seu ver, seja a dificuldade dos estudantes brasileiros em relação ao Pisa<sup>12</sup>.

A que o senhor atribui esse atraso? Os professores ainda conduzem suas aulas guiados muito mais pelas próprias ideologias do que por conhecimento científico. Na prática, eles escolhem seguir linhas pedagógicas motivados por nada além de crenças pessoais e deixam de enxergar aquilo que as pesquisas apontam como verdadeiramente eficaz. Fico perplexo com o fato de a neurociência, área que já permite observar o cérebro diante de diferentes desafios intelectuais, ser tão ignorada pelos

---

<sup>11</sup> Pensamos ser bastante pertinente a esse respeito à reflexão de Oliveira ao discutir as dificuldades em aceitarmos as mudanças, tendo em vista as verdades que já temos. Por isso, segundo Oliveira, “é preciso deixar claro a todos que as ‘verdades’ são sempre relativas, são verdades próprias de uma época. Assim, na Idade Média, quando se julgava que a Terra era o centro do sistema solar e o Sol girava em torno dela, era uma ‘verdade’ própria dessa época. Durante séculos os homens conviveram com esta ‘verdade’ e ela era aceita por todos. Mais do que isto, era aceita justamente pelo fato de estar concorde com aquela sociedade. Quando a sociedade se modifica e novas práticas se instituem, os homens começam a duvidar daquela “verdade” e uma nova começa a se impor. Constitui uma posição sectária, dogmática, julgar que os homens da Idade Média estavam equivocados por pensarem da forma como pensavam. A maneira realmente correta de se proceder é buscar saber por que aqueles homens pensavam do modo como pensavam” (OLIVEIRA, 2007, p. 53).

<sup>12</sup> “Em 2009, estudantes brasileiros de 15 anos participaram mais uma vez do exame global de maior repercussão sobre a qualidade do ensino: o Pisa, sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Alunos. Nossos resultados na prova de 2007 foram desanimadores: o Brasil ficou em 53º lugar em Matemática e 52º em Ciências, entre 57 participantes. Em leitura, fomos o 48º, entre 56 nações, já que os americanos não fizeram o teste”. (Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0217/aberto/qualidade-educacao-exige-metas-ambiciosas-394729.shtml>>, acesso em 14 nov. 2008).

educadores. Pior ainda: os educadores são os maiores inimigos dessa ciência. Eles perdem um tempo precioso ao repudiá-la<sup>13</sup>.

A constatação de Schleicher é preocupante, mas converge para as dificuldades enfrentadas em relação ao trabalho docente no qual, muitas vezes, se perde o foco ao buscar atender a situações ou enfoques teóricos que não contemplam o que deve ser o foco central, ou seja, que os alunos tenham conteúdos das disciplinas e que eles sejam ensinados com a preocupação de que, de fato, aprendam. Assim, temos que estar atentos para o foco principal para que nossos alunos possam conquistar resultados mais satisfatórios nas avaliações a que são constantemente submetidos.

Nessa primeira parte de nossa reflexão, pensamos ter evidenciado a importância do Livro Didático, como elemento integrador e norteador da política educacional seja de forma consciente, ou não, aos que dele fazem uso.

Isso se insere na questão que para nossa sociedade é uma ‘verdade’ e da qual não temos como nos isentar, ou seja, o sistema formal de ensino.

[...] nada pode substituir o sistema formal de educação, que nos inicia nos vários domínios das disciplinas cognitivas. Nada substitui a relação de autoridade, mas também de diálogo, entre professor e aluno. Todos os grandes pensadores clássicos que se debruçaram sobre os problemas da educação o disseram e repetiram. Cabe ao professor transmitir ao aluno o que a Humanidade já aprendeu acerca de si mesma e da natureza, tudo o que ela criou e inventou de essencial (DELORS apud OLIVEIRA, 2008).

### **3. O LDP de filosofia – avanços e limites**

A partir dessa constatação passaremos a segunda parte de nossa reflexão na qual demonstraremos como se deu a implementação do LDP de Filosofia em algumas escolas do Paraná. Dispomos, para nossa reflexão, de material coletado no GTR que coordenamos, no qual participaram Professores de Filosofia, formados em Filosofia, que expressaram suas impressões a respeito do LDP de

---

<sup>13</sup> Disponível em:< <http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0217/aberto/qualidade-educacao-exige-metas-ambiciosas-394729.shtml>>, acesso em 14 nov. 2008.

Filosofia a partir de questões que lhes apresentamos no módulo IV de nosso GTR.

Na questão da aceitação do LDP de Filosofia pelos alunos, a resposta dos professores foi unânime em afirmar a aprovação dos alunos, sobretudo pelo fato da carência de material disponibilizado para o trabalho docente e discente com filosofia.

Segundo os professores, os alunos aceitaram o LDP de Filosofia com certo entusiasmo por se tratar de um livro bem apresentável e que lhes foi disponibilizado sem a necessidade de devolvê-lo. Contudo, o uso do LDP enfrenta certa resistência devido, primeiro - a dificuldade de leitura e compreensão. Os professores acreditam que isso se deu devido ao formato do livro, metodologia Folhas, linguagem, recortes, falta de linearidade na apresentação dos conteúdos; segundo - o transporte diário de 05 (cinco) livros para as aulas, pois os alunos receberam livros para todas as disciplinas e a grade curricular contempla 5 (cinco) aulas diárias.

Outro aspecto de nosso questionário que queremos considerar é a dificuldade que o professor sentiu em poder trabalhar com o LDP de Filosofia e a metodologia proposta por ele, ou seja, a formatação do livro no modelo Folhas<sup>14</sup>. Do total de 14 (catorze) professores que responderam o questionário foram comuns as seguintes dificuldades: - a falta de seqüência dos conteúdos; - o vocabulário e a falta de um glossário para o aluno; - as atividades propostas que deixam vagos os conteúdos ou não se enquadram na especificidade da reflexão filosófica e das atividades de filosofia.

No entanto, apesar dessas dificuldades, os professores apresentaram a possibilidade de trabalharem com o LDP de Filosofia e destacaram sua importância, sobretudo pelo fato dele apresentar-se como uma forma de

---

<sup>14</sup> “O Projeto Folhas é um projeto de Formação Continuada que oportuniza ao profissional da educação a reflexão sobre sua concepção de ciência, conhecimento e disciplina, que influencia a prática docente. [...] integra o projeto de formação continuada e valorização dos profissionais da Educação da Rede Estadual do Paraná, instituído pelo Plano Estadual de Desenvolvimento Educacional. O Folhas, nesta dimensão formativa, é a produção colaborativa, pelos profissionais da educação, de textos de conteúdos pedagógicos que constituirão material didático para os alunos e apoio ao trabalho docente” (Disponível em: <<http://www.diadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/projetofolhas/index.php>>, acesso em 15 nov. 2008).

publicação dos professores da rede pública de educação e de contemplar a experiência desses professores autores.

Em relação a metodologia Folhas adotada pelo LDP, para muitos dos professores é o que comprometeu o próprio livro. Destacamos que quando perguntados pelas limitações do LDP essa questão referente ao Folhas não aparece como problema em algumas análises. Mas no momento em que pedimos ao professores para considerar o Folhas, formato adotado pelo LDP, foi bastante significativo o número de professores, no universo dos 14 (catorze) 7 (sete) professores destacaram que toda dificuldade do LDP está justamente centrada na metodologia adotada, ou seja, o Folhas.

Para alguns professores aparece uma crítica em relação a metodologia do LDP de Filosofia, mas quando o mesmo professor analisa o Folhas afirma que essa metodologia é boa, não apresenta problemas. ou seja, não se dá conta de que os limites do LDP por ele elencados anteriormente está diretamente relacionado ao formato metodológico proposto pelo LDP. Duas queixas muito comuns a esse respeito são: - a falta de linearidade, que é muito cobrada por grande parte dos professores (10 dos 14 professores que responderam ao questionário) e os recortes que são feitos para a composição do LDP, que são considerados pelos professores como o que produz a superficialidade e fragmentação dos conteúdos abordados pelo LDP de filosofia.

#### **4. Considerações finais**

Após analisarmos o Livro Didático pudemos perceber sua importância não apenas como material didático, mas o que traduz o currículo aos professores. Ao discutirmos o LDP de Filosofia com professores de filosofia, que tiveram a oportunidade de trabalharem com ele, ao longo de 2007, reiteramos o que já foi mencionado anteriormente, a maior queixa desses professores se deu ao formato do LDP, ou seja, a metodologia Folhas. Isso ocorre, a nosso ver, sobretudo devido a acentuada diferença do LDP de Filosofia com os demais Livros Didáticos de filosofia disponíveis no mercado editorial.

O que queremos destacar com isso é o fato de que o LDP foi elaborado atendendo as DCE das disciplinas que, anteriormente, haviam sido elaboradas com a participação dos professores. Assim, o que o professor estranha e questiona no LDP, sobretudo quando argumenta em relação a sua metodologia, está fazendo em relação às próprias DCE que têm no LDP um dos seus instrumentais de implementação.

A resistência e queixas do LDP de Filosofia estão diretamente relacionadas ao conhecimento e entendimento dos professores em relação a como a SEED/PR tem planejado e orientado o trabalho docente para as escolas públicas de Ensino Médio.

Não queremos com isso defender ou acusar o LDP, mas discutir a sua presença como um elemento norteador e determinante do posicionamento político e ideológico da SEED/PR em relação ao conhecimento e sua necessidade para a sociedade paranaense.

A nós professores cabe entender isso para que assim possamos questionar e nos posicionarmos em relação a política educacional proposta e implementada em nossas escolas com nossa participação, de forma consciente ou não.<sup>15</sup> O que não podemos esperar dos professores, devido a sua capacidade e formação intelectual é que adotem simplesmente uma postura inconseqüente, com discursos que não enfrentem, de fato, as questões teóricas inerentes ao processo de ensino aprendizagem defendidas pelo governo de nosso Estado.

## 5. Referências

FAUSTO, B. **História do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2002.

OLIVEIRA, T. **Projeto político pedagógico e currículo: um olhar sobre a educação**. Disponível em: [www.ead.cesumar.br](http://www.ead.cesumar.br) Acesso em: 18/08/2008.

---

<sup>15</sup> Pois como orienta-nos a própria SEED/PR, “[...] os mesmos princípios democráticos que fundamentaram a construção destas Diretrizes solicitam, dos professores, o engajamento na contínua reflexão sobre este documento, para que sua participação crítica, constante e transformadora efetive, nas escolas de todo o Estado, um currículo dinâmico e democrático” (Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>>, acesso em 26 nov. 2008.



RANGEL, E. **Livro Didático de Língua Portuguesa**: o retorno do recalcado. In: DIONISIO, A. P. & BEZERRA, M. A. (Org.). **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. (p. 13-20)

SACRISTÁN, J.G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, D. **Educação: do senso-comum à consciência filosófica**. 17 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHLEICHER, A. Medir para avançar rápido. **Veja**, 06 ago. 2008. [Entrevista páginas amarelas] Disponível em: <  
<http://veja.abril.com.br/060808/entrevista.shtml>> Acesso em: 30/08/2008.

\_\_\_\_\_. Qualidade em Educação exige metas ambiciosas. **Nova Escola**. São Paulo, nov. 2008. Disponível em:<  
<http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0217/aberto/qualidade-educacao-exige-metas-ambiciosas-394729.shtml>> Acesso em: 14/11/2008.

VÁRIOS AUTORES. **Filosofia**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

ZABALA, A. A **prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

WEFFORT, F. **Brasil: condenado à modernização**. In: VVAA. **Brasileiro Cidadão?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

## **ANEXO I**

### **Questões apresentadas ao GTR – Filosofia / IV Módulo (27/11 a 18/12 de 2007)**

As questões que apresentamos aos professores participantes de nosso GTR para que avaliassem a implementação do LDP de Filosofia nas escolas em que atuam, foram as seguintes:

- 1 – Como foi a aceitação do LDP de Filosofia pelos alunos.
- 2 – Quais as queixas mais comuns dos alunos em relação ao LDP de Filosofia.
- 3 – Quais as dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar com o LDP.
- 4 – Quais as limitações mais significativas que o LDP apresenta.
- 5 – A metodologia Folhas adotada pelo LDP favorece o trabalho de alunos e professores nas aulas de filosofia?
- 6 – As atividades propostas pelo LDP contribuem para atender ao objetivo proposto pelas DCE para a disciplina de filosofia?
- 7 – Apresente outros aspectos que considera positivos em relação ao LDP.
- 8 – Apresente outros aspectos que considera negativos em relação ao LDP.

**ANEXO II****Pesquisa realizada no GTR – Filosofia / IV Módulo (27/11 a 18/12 de 2007)**

Total de professores que responderam	Formação dos professores	Atuantes na disciplina de Filosofia	Discordam da metodologia Folhas	Reclamam da falta de linearidade do LDP de Filosofia
14 professores	14	14	7	10